

REDES
COMERCIALIZAÇÃO
“NORDESTINAS” E
SERINGUEIROS NA AMAZÔNIA

REDES DE COMERCIALIZAÇÃO “NORDESTINAS” E OS SERINGUEIROS NA AMAZÔNIA

MAY WADDINGTON

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA, PORTO SEGURO/BA, BRASIL

REDES DE COMERCIALIZAÇÃO “NORDESTINAS” E OS SERINGUEIROS NA AMAZÔNIA

Resumo

Sem negar as condições de sujeição às quais foram submetidos os nordestinos que migraram para a Amazônia fugindo das terríveis secas do século XIX, o artigo esboça a etnografia e história de diferentes manejos de produtos do extrativismo e respectivas redes de comercialização compreendidas à luz da moralidade camponesa, com o intuito de encontrar as disposições anteriormente adquiridas que facilitaram a aceitação do binômio extrativismo/escravização pela dívida. A formação de um sistema de manejo e de rede de comercialização da castanha de caju na região dos Lençóis Maranhenses se apresenta como exemplo vivo, ao mesmo tempo material e imbuído de sentidos, em que se verificam estratégias de preservação da autonomia no arranjo produtivo adaptado às condições locais.

Palavras-chave: campesinato, extrativismo, redes de comercialização, nordeste

NORTHEASTERN COMMERCIAL NETWORKS AND THE RUBBERTAPPERS IN THE AMAZON

Abstract

Not denying the domination of the peasants who migrated to the Amazon fleeing from the terrible XIX century draughts in northeastern Brazil, this paper endeavors to probe through ethnographic and historical data, different extractivism/farming management systems and marketing networks, in the light of peasant morality, in order to understand previously acquired dispositions that facilitated the acceptance of the extractive/debt-bond rubber system. Taking the recent formation of a cashew nut management and marketing network in the Lençóis region in Maranhão as a material and the meaning imbued living example of such networks we can trace autonomy preservation strategies in the productive system adapted to local conditions.

Keywords: peasantry, morality, extractive networks, Northeastern Brazil

REDES DE COMERCIALIZACIÓN EN EL NORDESTE Y LOS CAUCHEROS EN LA AMAZONÍA

Resumen

Sin negar las condiciones de opresión que sufrieron los inmigrantes del nordeste brasileño que se refugiaron en el Amazonas huyendo de las terribles sequías del siglo XIX, el artículo esboza la historia y etnografía de la gestión de diferentes tipos de productos de extracción y sus respectivas redes de comercialización bajo la óptica de la moral campesina para encontrar las disposiciones anteriormente adquiridas que facilitarían la aceptación del binomio extractivismo/ esclavitud por deuda. La formación de un sistema de gestión y red de comercialización de nuez de marañón en la región de los Lençóis Maranhenses se presenta como ejemplo, al mismo tiempo material y llena de sentidos, donde se verifican estrategias de preservación de la autonomía en el arreglo productivo adaptado a las condiciones locales.

Palabras-clave: campesinos, extracción, redes de comercialización

Endereço da autora para correspondência: Rua Piraúna 150, casa 12,
Paraíso dos Pataxós, Porto Seguro, Bahia, CEP 45810-000.
E-mail: may.waddington@gmail.com

INTRODUÇÃO

Em maio de 2006, participei de uma equipe interdisciplinar que visitou povoados no entorno do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses¹. Os pequenos povoados situavam-se em solo arenoso em meio à vegetação rasteira, localmente denominada de “*campos*” (Tratada de Cima, Lagoa Esperança, Massangano e Buriti Grosso) ou nas manchas de barro que aumentam de proporção na medida em que nos afastamos do parque, cobertas pelo “*carras-có*”, uma vegetação de transição para o cerrado (São José dos Sacos e Satuba)². Apesar do curto espaço de tempo que tínhamos, identificamos algumas técnicas de manejo e as formas de ocupação tradicional deste território. Havia tanto semelhanças como especificidades entre os povoados da areia e aqueles do barro que, ao longo do tempo, constituíram um sistema complementar de trocas entre os produtos das especializações das duas sub-regiões, nas quais os habitantes do areal pescavam e os do barro, autodenominando-se “povo da farinha”, produziam roças.

Por estar, na ocasião, imbuída das leituras, vivências e observações do sistema de aviamento entre índios e seringueiros no Acre, em função do doutorado que acabara de concluir (Waddington 2005), impressionou-me fortemente a identificação de um sistema de manejo para a produção de castanha de caju. Suspeitei estar observando a formação de uma rede de comercialização que apresentava semelhanças com arranjos descritos na literatura sobre o campesinato amazônico, onde a rede de comer-

cialização da borracha entre os seringueiros já motivara tantos estudos.

Quando me mudei para o Piauí em 2007, envolvida em um Programa de Pesquisas³ sobre diferentes formas de manejo territorial no sul do estado, fui surpreendida pela percepção de que, devido às migrações de camponeses forçadas pelas secas do século XIX, os processos de territorialização de grande parte dos grupos que eu estudava no próprio nordeste eram, na verdade, contemporâneos à chegada dos nordestinos ao Acre, embora em condições diferentes.

Ao mesmo tempo em que os nordestinos que chegaram à Amazônia, ainda jovens, solteiros e sozinhos iniciavam as *colocações*, cuja formação seria bastante influenciada pelas especificidades dos recursos naturais que manejariam e pelos saberes compartilhados através dos casamentos com mulheres indígenas locais, no nordeste uma vaga de retirantes com relações familiares menos desestruturadas se “*situava*” em novas localidades, preferencialmente ao longo dos cursos de água como os brejos e veredas do sertão, nas florestas do Maranhão ou no litoral.

Também, chamou-me a atenção, tanto em observações etnográficas como nos levantamentos em documentos antigos, o fato de haver uma presença tão forte do extrativismo complementando as lavouras, a fornecer tanto recursos que fortaleciam a autonomia dos sistemas de subsistência como também produtos para o mercado. Além disso, constatei, através de notas e panfletos guardados pelas famílias estudadas, a

presença de atravessadores que buscavam tais produtos nas localidades e repassavam-nos às casas comerciais nas cidades portuárias do Piauí no final do século XIX (Waddington 2011).

São dois os aspectos importantes dessas constatações a serem consideradas no presente artigo. Primeiramente, pretendo refletir sobre como a valorização moral da confiança analisada na literatura especializada – em especial por Woortman (1979) em seu conhecido artigo “Com Parente não se Negueira” – que viabilizava a construção destas redes de relações comerciais. A nossa constatação de que havia um sistema, já presente no nordeste, anterior ou pelo menos simultâneo à migração para a Amazônia, leva à hipótese de que – como um pretérito mais do que perfeito – as *disposições*⁴ dos migrantes estabeleciam expectativas e compreensões de mundo que facilitaram, como um idioma, a aceitação e legitimação do sistema de aviamiento transfigurado em escravidão por dívida, entre os seringueiros na Amazônia. Em segundo lugar, pretendo refletir sobre como estes relacionamentos comerciais nordestinos, semelhante à tão estudada rede de aviamiento Amazônica, implicavam em crédito, financiamento da produção e assistência (Waddington 2011) que viabilizavam formas específicas de produção e de modos de vida camponesa, cuja reprodução é descrita por Woortman (1979) como objetivo principal das estratégias gerenciais dos chefes de família. Analisar a estruturação de tais redes é vital para a compreensão das condições de possibilidade para que as famílias se situassem em

áreas remotas, estabelecendo a agricultura de provisionamento, ao mesmo tempo em que mantinham alguma relação com o mercado.

Durante a já citada expedição aos Lençóis Maranhenses em 2006, diante de uma venda em um pequeno povoado de casas de palha de buriti à beira de um brejo, em meio às areias escaldantes – senti uma forte intuição de que um tanto diferente da suspeição proverbial do camponês em relação ao comércio demonstrada por Woortman (1987) –, havia uma relação entre comerciante e comunidade mais próxima às descrições de Herédia sobre a figura do “cabo eleitoral” (Herédia 1995: 51), pela qual um membro interno da própria comunidade ocupa a posição de vínculo com padrões políticos no mundo externo. Enquanto entrevistava o dono de um comércio nos Lençóis a respeito de seus cinquenta afilhados, ouvia ecos da descrição da gerente da filial da Casa Gato na paraense Itá, feita na década de quarenta por Charles Wagley (1965:95): Dona Dora Cesar, com suas centenas de afilhados, detinha a exclusividade tácita do comércio junto a lavradores e seringueiros, considerando o comércio destes com outros negociantes, uma injúria.

Da mesma forma como o antigo barracão de seringal exercia funções sociais que se estendiam desde bailes a serviços públicos, a vendinha de palha de buriti nos Lençóis era uma espécie de portal que dava para uma vila cercada, onde festividades aconteciam e a vida da comunidade transcorria. Além de suprir as necessidades básicas por produtos em áreas de difícil acesso⁵, a

pequena venda funcionava como um elo de comunicação com o mundo externo e certamente transacionava, além de mercadorias, apoios políticos e uma série de outros interesses do grupo local.

O comércio que este exercia, junto à comunidade a qual atendia, vinculava-se, por sua vez, às formas de organização social da produção e distribuição local de bens: em todas as localidades visitadas, o comerciante era encarregado da compra de castanhas no povoado e sua revenda para o próximo comprador na rede que se descortinava. Apesar de alguma distinção econômica em relação aos moradores, ao invés de seu papel social ser o de um explorador ou de um atravessador oportunista que se apresentava para lucrar sobre condições especulativas de preço, prestava uma série de serviços ao grupo local que deveria ter suas formas específicas de controle social sobre ele.

A reflexão desenvolvida nesse artigo aproxima dados então registrados no relatório da viagem aos Lençóis (Waddington 2006), aos achados de pesquisas sobre os sistemas de produção e a moralidade camponesa no sul do Piauí, buscando empreender uma espécie de “viagem da volta”⁶, que localiza no sistema de aviamento estabelecido por aqueles que se aventuraram à Amazônia, as disposições anteriores, já inscritas nos que ficaram ou que se reestabeleceram na própria região nordeste através dos mais variados processos de territorialização (Oliveira 1999) ao longo das diásporas forçadas pelas secas do século XIX.

O BINÔMIO: ESCRAVIZAÇÃO PELA DÍVIDA/MISÉRIA DO EXTRATIVISMO

A partir de romances como *A Selva*, de Ferreira de Castro (1984) e dos relatórios das pioneiras explorações de Euclides da Cunha (1999) à Amazônia, cristalizou-se, no imaginário brasileiro, a noção do extrativismo como a mais primitiva das atividades econômicas e a escravidão pelo endividamento praticada nos seringais como a mais cruel das formas de exploração. Consequentemente, o migrante nordestino transformado em seringueiro era visto como o mais espoliado dos trabalhadores, enquanto o terrível sistema de sujeição por dívidas constituiu-se como um emblema da escravidão na era moderna, hoje identificada em diversas situações, às quais são submetidos tanto peões de grandes obras como migrantes em fazendas de biocombustíveis ou mesmo casos de prostituição internacional.

Embora não haja erros em tais interpretações das condições de dominação no seringal, a curiosidade propriamente antropológica produziu um corpo de conhecimentos⁷ capaz de ultrapassar os limites reducionistas do enquadramento monológico, de forma a reconhecer a agência destes sujeitos subalternizados e “fornecer novos elementos na reflexão sobre como, aos olhos dos seringueiros, a dominação exercida pelo “patrão” construía sua legitimidade” (Franco 1994: 192).

Antropólogos buscavam descrever, “o modo peculiar de existência, tão expressivo em seus contornos ideológicos que não (hesitava o autor) em

afirmar ter atribuído ao homem que o vivencia uma identidade e um *ethos* particular” (Teixeira 1999: 16). Entre eles, destacamos a produção de Mauro Almeida (1992)⁸, cuja obra relativizou a ideia de dominação absoluta dos patrões nos seringais, demonstrando graus de autonomia relativa em diferentes períodos históricos, os compromissos implícitos entre patrão-fornecedor e seringueiros-fregueses que envolviam acordos tácitos de assistência, característica de relações de patronato encontradas na literatura sobre o campesinato nordestino.

Durante a década de noventa, seringueiros e índios ligados ao Conselho Nacional dos Seringueiros e à União das Nações Indígenas e Conselho Missionário Indigenista formaram o Movimento dos Povos da Floresta, rompendo os laços de servidão com seringalistas que haviam falido ou diversificado seus investimentos, conquistando terras sob a forma de reservas extrativistas ou Terras Indígenas. A inserção do movimento na questão ambiental internacional contribuiu para enquadrar o extrativismo como possível alternativa sustentável de manejo de recursos naturais para atividades econômicas, ressemantizando o termo que antes era tido como sinônimo de miséria. A consequente valorização dos modos de organização sociopolítica nos seringais, enquanto sistemas tradicionais, ressituiu índios e seringueiros, “povos da floresta”, como sujeitos capazes de contribuir, através de saberes especiais, para a preservação da floresta e,

consequentemente, para o equilíbrio ecológico global.

Na medida em que o movimento social local se articulava com a sociedade civil brasileira e internacional para protestar contra a abertura de estradas como a BR 364, as agências financiadoras destas grandes obras, em especial o BIRD através do BNDES, desafiadas pelo impacto na mídia internacional, rendiam-se a reivindicações. Neste processo, o movimento social financiava a substituição dos “barracões” que efetivavam a troca da borracha por mercadorias, pelas cooperativas das associações locais, transformando o momento da expulsão dos “patrões” e da chegada das mercadorias da própria comunidade pelo rio, em marcadores comemorativos da “libertação dos tempos da escravidão”.

Interessa-nos ressaltar que, nessa história marcada por tantos avanços políticos e institucionais, a tentativa inicial de gestão do comércio local por parte das associações apresentou inúmeros fracassos na década seguinte⁹. Foi um tempo marcado por tentativas de alcançar algum grau de autonomia através de diversas modalidades de atividades econômicas (Silberling, Franco & Anderson 2002, Waddington 2002)¹⁰ que aproximavam formas de manejo tradicional com o comércio externo em diferentes graus de participação pública e privada, muitas vezes com enormes desperdícios de investimentos.

As experiências que eventualmente alcançaram algum grau de sucesso foram construídas ao longo de um período de

tempo longo, com a aquisição de experiência e a estabilização de formas administrativas, com grande apoio institucional e governamental. Estes apoios, por sua vez, dependeram de vitórias políticas como a eleição estadual do Governo da Floresta (como ficou conhecida a administração petista de Jorge Vianna entre 1998 e 2006) ou da institucionalização de objetivos do movimento ecológico através de políticas públicas.

Nessa ocasião, o Acre recebia um grande influxo de pesquisadores e tais associações estabeleciam alianças com intelectuais, militantes e organizações nacionais e estrangeiras, provocando um novo ciclo de produção antropológica, cada vez mais rica e complexa, que se voltava tanto para as relações internas aos grupos, como para a relação destes com o mundo externo.

Entre os orientandos de Mauro Almeida, estava a atualmente professora da UFAC, Mariana Pantoja Franco, que aprofundava cada vez mais a relativização do binômio patrão-seringueiro iniciada pelo professor, revelando e identificando as formas de agência de diferentes atores, papéis e estratégias de socialização entre os subjugados pelo processo de dominação. Através de um artigo intitulado “O fetichismo das mercadorias entre seringueiros do alto Juruá”, Franco (1994) observou a relação dos seringueiros com as cooperativas no período de dificuldades de gestão, no qual diversos fregueses haviam preferido trocar sua borracha no barracão de um *patrão* rio abaixo do que na cooperativa da própria associação.

O artigo chamava a atenção para os condicionantes de “confiança” baseados no respeito aos “contratos tácitos”, pelos quais o patrão-fornecedor-de-mercadorias também tinha para com a freguesia, o compromisso da “assistência” que, entre outros, envolvia a limpeza e abertura de estradas de borracha e auxílio em caso de doença, cujo rompimento Almeida (1990) identificara como o estopim dos conflitos iniciais que deflagrara o Movimento Social na região e as reivindicações de terras.

Franco (1994) descreveu como o fracasso inicial da simples substituição dos barracões dos patrões pelas cooperativas que simbolizavam a libertação, devia-se não a uma traição aos ideais libertários, mas à grande dificuldade em se ocupar, com a competência e recursos requeridos, o posto “de confiança” de gerente da cooperativa capaz de fornecer a “assistência” em sua totalidade e não apenas em relação aos itens de mercado. Como a racionalidade dos projetos de “libertação” não admitiria as relações “clientelistas” características desse sistema tradicional, a função da cooperativa havia sido reduzida ao seu aspecto comercial. Porém, a competência da assistência e os saberes vinculados a esta haviam sido construídos historicamente, revelando-se úteis ao sistema de vida naquele local, e precisava de tempo para se recriar.

Em meu trabalho de doutoramento, a diferença de expectativas se apresentava em condições ainda mais radicalmente díspares, na negociação entre uma comunidade indígena com oitenta anos de história de seringal e uma empresa americana de cosméticos fi-

nanciando a produção de urucum que compraria aos índios para a confecção de batons. Os interesses em jogo estavam inscritos em disposições culturais antagônicas, mas encontravam um terreno de mediação no ideário do comércio justo e ecologicamente sustentável do discurso ambientalista, no qual os pressupostos de cada corpo de expectativas previamente dispostos ou eram disfarçados (geralmente pelos índios ao tentarem aprovar um projeto que se apresentava como “de produção”, mas que continha expectativas criadas no trato com instituições assistencialistas brasileiras) ou tinham sua lógica suspensa (geralmente pela empresa que passava por cima dos constantes deslizamentos administrativos dos índios para não perder os investimentos simbólicos e econômicos já realizados).

Enquanto a empresa americana iniciara sua ação como uma atividade filantrópica sob uma ética contrária à ideia do assistencialismo e baseada na noção de estar “ensinando a pescar ao invés de dar o peixe”, as lideranças indígenas ficavam politicamente comprometidas perante a comunidade se recusassem prover assistência aos parentes (o que significava a tribo inteira). Os chefes de família que se dirigiam à cantina da cooperativa reclamavam da falta de competência tanto das lideranças como dos responsáveis pelo projeto em suprir as necessidades da comunidade tão bem quanto os antigos patrões e, por mais que a expulsão de marreteiros¹¹ nos pequenos barcos ao longo do rio carregasse tintas de uma libertação que visava uma autonomia simbolicamente importante, era vista pelos locais como

um retrocesso sério na vida da comunidade.

Também nessa experiência, foram as repetidas experimentações e o tempo que criaram uma cultura-vívida capaz de indicar caminhos possíveis e muitas vezes inesperados para que se alcançasse o objetivo do grupo. O projeto acabou sendo bem sucedido, embora muito mais pelo fortalecimento institucional da comunidade do que pela produção comercial, que se revelou um fracasso. Novamente, entre o “projeto” proposto em outra língua e na racionalidade capitalista comum à empresa e o “futuro objetivado” dos índios (Bourdieu 1979) que estes apresentavam como “projeto de vida da aldeia”, mais do que uma simples transmissão de tecnologias de administração gerencial, foi necessário que se criasse uma história própria, capaz de dar conta de mudanças objetivas em seus próprios termos.

Conhecer o nordeste *depois* de tantos anos na Amazônia representou, assim, uma “viagem de volta” que permite buscar as disposições e expectativas que viajaram com os migrantes, de forma a avançar na reflexão sobre a legitimação das relações de dominação seringalista. Encontramos importantes indícios nas formas como a moralidade viabiliza a construção de competências nos acordos tácitos que facilitam a distribuição de bens e produtos, verificados na rede de produção e comércio de castanhas de caju.

Para melhor compreender essa moralidade, examinaremos, nas seções seguintes, os processos de territoriali-

zação de grupos que se realocalizaram na região dos Lençóis Maranhenses, inferindo parte de sua história a partir de dados levantados no sul do Piauí, junto a famílias que também se retiraram das mesmas secas. Sustentaremos que esta moralidade embasa a autoridade de chefes de família que manejam a equação entre capacidade de suporte do território e população ao longo das sucessivas gerações¹². Logo, é condição de possibilidade para as relações e arranjos comerciais que, conforme argumentaremos, não são por si próprios socialmente injustos.

A despeito da possibilidade destas redes serem sequestradas por regimes externos de dominação e opressão, como no caso da escravidão por dívida, tais redes podem representar soluções criativas ou conter elementos de inventividade e adaptabilidade que favoreçam a autonomia do modo de produção camponês.

A CONSTITUIÇÃO DE POVOADOS POR RETIRANTES NO FINAL DO SÉCULO XIX E A EQUAÇÃO TERRITÓRIO - POPULAÇÃO

A área visitada no entorno do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, com suas grandes dunas e lagos que coletam águas da chuva para o deleite de turistas, compraz-se de “campos” de restingas arenosas salpicadas de manchas de barro cobertos por “carrascos” (vegetação de transição entre caatinga e cerrado) e “capoeiras” (carrascos já roçados). Os pequenos povoados são antigos o suficiente para que apenas os mais idosos apresentem relatos da che-

gada ao local, ouvidos de seus já falecidos avós, que lhes contavam que

“há muitos anos atrás, os primeiros moradores vieram do Ceará no período de uma seca prolongada, procurando um local com água para morar. Encontraram esse lugar cortado de riachos, com muito peixe no rio” (ent. Seu L. maio 2006, Taboca).

Eram, assim, grupos de retirantes que se estabeleceram em terras devolutas e sem patrão, em função de necessidades emergenciais por recursos naturais que pudessem utilizar de forma imediata para escapar da fome em tempos de penúria, provocada pela seca¹³.

Diferente dos grupos familiares estudados no sul do Piauí que se situaram em terras já ocupadas por um senhor, na região dos Lençóis não tivemos a indicação da figura de proprietário, mas de uma condição de grande isolamento em terras devolutas. Contudo, situaram-se nos brejos e veredas ao longo dos cursos de água formando pequenos núcleos familiares consistindo de irmãos, primos, cunhados e contracunhados que se estabeleciam em pares de vizinhança irmão-cunhado em casas contíguas. De forma semelhante aos outros grupos estudados, eram núcleos distanciados uns dos outros, porém próximos para manter uma rede de contatos familiares e sociais.

Em ambas as regiões, verificamos pelo menos cinco gerações no local e identificamos de duas a quatro famílias principais de vizinhos, compondo cada núcleo familiar/comunidade ou “bairro” no sentido atribuído por Antônio Candido (1975) ao estabelecer a im-

portância das formas de sociabilidade e da vila como universo camponês.

No povoado de Tratada de Cima, nos Lençóis, o desenho das moradias demonstrou um padrão de distribuição patrilocal, com irmãos em casas vizinhas ao redor do pai. Os sobrinhos e netos desse grupo que se casaram dentro da comunidade tendiam a optar pela mesma vizinhança, as filhas se mudavam para a vizinhança do sogro. Esse padrão repetiu-se em todos os povoados visitados, nos quais também observamos a recorrência de casamentos entre determinadas famílias de povoados vizinhos, indicando fortes alianças específicas entre algumas (Tratada de Cima e Buritizal).

Nesses pequenos núcleos, inicialmente dois ou três casais de cunhados se “situavam” e adaptavam suas atividades e as técnicas produtivas que traziam de seus locais de origem, estabelecendo um novo misto de agricultura e extrativismo adequado aos recursos disponíveis no novo local. No caso dos Lençóis, houve uma especialização na pesca entre os grupos que se situaram na região da areia e na roça com maior intensidade para os grupos que ficaram nas manchas de carrasco e barro, que eventualmente criaram as denominações de “povo da areia” e “povo da farinha”, utilizada entre ambos de forma operacional.

As famílias estudadas no sul do Piauí haviam se transposto do semi-árido para um vale na região de cerrado, onde tanto a adaptação às novas formas de cultivo quanto as práticas de extrativismo de plantas medicinais, caça, ma-

deiras e frutos nas áreas comuns acima das chapadas (Moraes 2009) requereram o compartilhamento de saberes com os locais. No início do Sec. XX recebiam visitas de comerciantes que lhes deixavam panfletos com os preços que pagavam pela

“maniçoba e cera de carnaúba, além de couros espichados, manga-beira limpa, caucho limpo, *penas* de ema assim como produtos de cultivo e criação como *pelles* de cabra e de ovelha de primeira e de segunda, arroz em casca, farinha, tapioca, arroz pilado, feijão e milho” (Waddington 2011: 13)

Assim, a nova configuração dependeria do saber compartilhado com habitantes do lugar, como também da relação estabelecida com proprietários locais e das redes de comercialização já existentes. Todos estes fatores contribuíam para moldar o novo processo de territorialização que se iniciara.

À medida que as famílias resituadas se multiplicavam, a dinâmica de reprodução camponesa em seus ciclos de desenvolvimento demográfico provocava sucessivas modificações nas equações demanda/auto-exploração da teoria chayanoviana (Chayanov 1981), mas também na capacidade de suporte do território recém-formado em sua base ecológica. Essa problemática se constituiu como a principal preocupação dos chefes de família, sublinhando suas estratégias de ocupação e medindo sua habilidade de gerir as formas de expansão territorial ou determinação de novas diásporas, como também da diversificação da ocupação social de membros da família (quem fica, quem

migra, quem muda de atividade) (Waddington 2011).

Ao nos aprofundarmos nos valores atribuídos aos chefes de família, entre as famílias no sul do Piauí, percebemos como eram, de fato, valorizadas as qualidades morais ressaltadas por Wortman (1990), tal como a honradez, e como estas fundamentavam a confiança necessária às relações comerciais. Também são conhecidas as observações quanto à recusa da racionalização do lucro (Chayanov 1981) ou da previsão e do cálculo (Bourdieu 1979) por povos camponeses e/ou tradicionais.

No entanto, nossas entrevistas indicaram alguma novidade na forte valorização da “inteligência” e capacidade de previsão demonstrada pelos patriarcas que, ao “pensarem no futuro” e ensinarem os filhos a trabalhar corretamente a terra, refletiam essa atividade de gerenciamento da capacidade de suporte do território. O respeito atribuído a cada chefe de família tanto servia de base para o poder que este tinha para agir sobre a organização social do grupo, como era, ao mesmo tempo, o resultado do bom cumprimento de seu dever de fazê-lo. Desta forma, a moralidade camponesa estruturava e era estruturada pela ética nas relações sociais e pela capacidade em atender *socialmente* às necessidades impostas pela *natureza* em seus ciclos ecológicos e demográficos que se refletem nas pressões da demanda sobre o território (Waddington 2011).

Os idosos entrevistados na região dos Lençóis se referiram à antiga abundância de caça e pesca como a razão de

gostarem de morar na região e queixavam-se da escassez atual, culpando o crescimento demográfico pela falta de peixes e a abertura excessiva de roças pela destruição do *carrasco*, mostrando claramente a frustração diante do rompimento do equilíbrio entre família e capacidade de suporte (ou o trabalho e o atendimento das necessidades básicas).

No momento da pesquisa, foi apontado em todos os povoados visitados um número expressivo de jovens que deixaram a localidade para residir em Barreirinhas, São Luis ou Santo Amaro. Os velhos se ressentiam dessa ausência indicando-a como uma das principais diferenças no estilo de vida em relação ao “antigamente”, quando seus pais contavam com o amparo de filhos em famílias maiores na velhice, “quando era tudo uma família só” no povoado. Não consideravam que essa perda fosse compensada pela aposentadoria e era visível a tentativa de adaptação na relação entre velhos e crianças agregadas que lhes dão algum suporte ao fazer-lhes pequenos serviços – fossem netos dos filhos que haviam partido ou filhos de criação oriundos de famílias que residiam longe demais da escola.

O trânsito de filhos e netos que estudam ou trabalham nas cidades acima citadas e passam as férias com os pais no povoado, indica uma ativa rede de suporte entre parentes que revela a adaptação do valor-família à nova situação na qual o território não comporta mais o grupo. Os laços com os familiares distantes parecem se renovar principalmente nos períodos das férias e das eleições, em que a maioria retorna

ao povoado para votar, o que demonstra uma preocupação em defender o que consideram interesses familiares¹⁴.

MUDANÇAS SOCIAIS E A PRESENÇA INSTITUCIONAL NA REGIÃO DOS LENÇÓIS

Nesta seção, examinaremos algumas transformações sociais promovidas por mudanças no acesso à região, assim como as imposições sociais com as quais os grupos situados nos Lençóis a elas resistiram. Importantemente, veremos como essas lutas revelam o papel social dos donos das vendas locais, nesse contexto.

Os povoados visitados estão situados em dois municípios: Barreirinhas (Tratada de Cima, Lagoa Esperança, São José dos Sacos e Massangano) e Santo Amaro (Buriti Grosso e Satuba). O município se faz presente através das escolas e professores e dos postos de saúde e agentes municipais de saúde¹⁵. O transporte dos alunos entre os povoados e esses polos se iniciou em 2005, provocando uma movimentação inédita entre jovens no local. Professores indicaram ter havido uma mudança significativa na atenção dada às escolas do interior a partir de 2001/2002¹⁶.

A chegada da Petrobrás à região, em 1964, para a pesquisa e sondagem de reservas de petróleo através do Projeto RADAM foi identificada em todos os povoados como a principal fonte de mudança social, visto que representou o fim do isolamento físico dos povoados. Utilizando helicópteros para o transporte de pessoal e para o abaste-

cimento dos acampamentos em alguns povoados de mais fácil acesso, desciam técnicos por cordas e lançavam víveres nas clareiras abertas com a ajuda de mateiros.

Nos anos setenta, a empresa abriu diversas estradas em linha reta na região dos areais, paulatinamente complementadas por ramais e veredas abertas pelos próprios moradores, que hoje servem para o transporte das mercadorias e dos produtos da rede de comercialização local. Após várias tentativas e erros, a Petrobrás introduziu o uso de Toyotas na região, alterando de forma significativa a comunicação entre os povoados com as sedes dos municípios, tornando-se o principal meio de transporte público, tanto de cargas e da população residente, como de turistas¹⁷.

O turismo não abrange todos os povoados visitados, atinge principalmente Tratada de Cima, mas certamente dinamiza a economia das sedes municipais. Este se intensificou com a abertura, em 2002, da BR 402, a estrada Translitorânea que liga Barreirinhas a São Luís, com forte impacto na economia local e expansão da rede viária na região das areias pelas prefeituras de Barreirinhas e de Santo Amaro.

A implementação do Parque Nacional dos Lençóis pelo Decreto nº 86.060/81 fez do IBAMA uma instituição importante e presente na vida dessas comunidades, cujos moradores são conscientes de uma série de limitações impostas pelo órgão, tal como a proibição às caçadas, com fiscalização eficaz. Embora tenha sido criado

em 02 de junho de 1981, os residentes alegam não terem sido notificados até 1986, quando equipes do MMA efetuaram sondagens e estudos dando início à mobilização. A mobilização, estimulada pelas CEB e pela igreja católica, aproximou-os de vereadores e prefeitos para aprofundar a discussões em torno do Parque e questionarem a intenção de retirada dos moradores¹⁸.

Em todos os povoados, o sindicato foi identificado como a instituição mais próxima dos moradores, intermediando diversos interesses, desde aposentadorias e salários-maternidade¹⁹ a financiamentos para a lavoura do caju²⁰. Os sindicatos foram instrumentais na formação de Associações para lutar pelos direitos dos residentes de permanecerem no Parque Nacional. O auge dos conflitos se deu em 1986, dando surgimento a associações, como a de São José dos Sacos e de Satuba, cujas lideranças ingressaram na política municipal. Graciano, morador de Satuba, fundador e presidente de sua Associação, era da família do dono do comércio local e foi eleito presidente do sindicato por três mandatos, sendo hoje vereador e presidente da Câmara em Santo Amaro. As atividades sindicais são conduzidas, localmente, na venda de sua família, mesmo estando este ausente.

Embora os moradores reconheçam ter havido modificação na posição inicial do IBAMA quanto ao reconhecimento do direito destes povoados continuarem a residir no Parque e no seu entorno, sabem que não houve solução oficial e que ainda existe o risco de sua retirada. O material disponibilizado na

internet pelo ICMBIO (acessado em 17/02/ 2013) continua a classificar a Unidade de Conservação como Parque Nacional de proteção integral, que não admite a presença de moradores, considerando como atividades conflitantes a pesca artesanal, o extrativismo e o corte do mangue, a caça e a ocupação irregular, aceitando como atividade de uso público aquelas relacionadas ao turismo, como banho, camping, caminhadas, passeios náuticos, surf e windsurf.

Desta forma, as práticas agrícolas e a rede de comercialização que descreveremos a seguir, foram colocadas na ilegalidade, embora não tenhamos identificado nenhuma coibição das mesmas pelas autoridades vinculadas ao IBAMA, cuja eficácia na coibição à caça é plenamente reconhecida.

A TERRA CONQUISTADA PELO CAJUEIRAL

Apesar das queixas relativas à diminuição de peixes e da caça ter sido proibida pelo IBAMA a partir da instituição do Parque Nacional, a atividade da pesca nos lagos e nos rios continua importante para a subsistência dos camponeses em torno do Parque dos Lençóis. Quase todas as famílias pescam em maior ou menor grau, entretanto, apenas algumas têm acesso às pescarias marítimas.

A criação de caprinos nos campos e galinhas nos terreiros complementa, em todos os povoados, a alimentação das famílias cujas roças “de legumes” (feijão e abóbora, maxixe e mandioca)

são fracas, a ponto de não fornecerem mandioca suficiente para a produção de farinha. Este item básico da alimentação local é comprado ou trocado por produtos da pesca com famílias que se situaram nas manchas de barro com a vegetação do *carrasco*, as quais praticam a agricultura com maior intensidade. A especialização e a diferenciação entre os dois grupos também se expressam na linguagem do parentesco, não havendo integração entre os moradores da região do barro e moradores da região das areias que só se conhecem através do comércio da castanha e da farinha, enquanto os casamentos entre povoados imediatamente vizinhos ou próximos, no barro, são bastante comuns²¹.

A produção de castanhas de caju para o mercado, embora também exista entre os produtores de farinha nas áreas de incidência de barro é, sem dúvida, a principal atividade produtiva dos núcleos familiares camponeses na sub-região da areia, complementando com renda monetária a sua subsistência. Com a diminuição dos produtos da pesca, a renda monetária auferida pela venda das castanhas permitiu aos moradores da areia continuar a comprar a farinha dos produtores do barro. As comunidades que residem nos povoados mais próximos ao asfalto e mais distantes da “morraria” (dunas) se autodenominam “povo da farinha” e dão mais importância a esse último produto para a venda do que à castanha (ent. Seu D., maio 2006, S. João dos Sacos).

Em Satuba, nosso informante afirmou com segurança que a farinha dava maiores proventos do que os 500 qui-

los de castanha que vendia por ano. O informante em São João dos Sacos indica que gasta dois terços do faturamento em serviços do cajueiral, derivando um lucro de mil quilos para os três mil que produz, enquanto que a produção da farinha requer um investimento de metade do faturamento, resultando em R\$ 1500,00 neste mesmo ano²². O “povo da farinha” que reside nas áreas de maior ocorrência de “terra acochada” (barro) comenta que o povo da areia vende as castanhas “lá em baixo e acabam tendo que vir comprar nossa farinha aqui em cima”, fazendo com que as atividades “deem no mesmo”.

A forma de manejo roça/caju que se estabeleceu na sub-região do areal foi relatada como uma maneira de “conquistar a terra”. Enquanto uma capoeira levaria pelo menos 15 anos para voltar a se constituir como terra lavrável, os cajueirais se estendem por grandes áreas contínuas. Um informante descreve essa forma de “conquista da terra” da seguinte maneira: abre-se uma roça no primeiro ano, no qual se planta feijão, milho, abóbora, maxixe e mandioca (mesmo quando o solo é bem fraco para tal). Em meio aos produtos da lavoura, o cajueiral é plantado. A cerca em torno destas roças, necessária para protegê-la dos animais da criação local, é o custo mais alto da atividade. Colhem-se os “legumes” após o primeiro ano e a mandioca no segundo. Após a colheita da mandioca, deixam o mato “tomar de conta” de forma a forçar o cajueiro a apontar para cima sua copa e “não esgalhar para baixo”. A partir do terceiro ano, precisam lim-

par o cajueiral anualmente, podando os galhos que buscam o solo, roçando também o mato. Na medida em que somam novas linhas²³ de roça à área anterior, o cajueiral cresce.

Em Lagoa Esperança, verificamos que as áreas de “terra conquistada” pelos cajueirais que pertencem aos grupos de parentes/vizinhos se localizam contiguamente, da mesma forma que as moradias nos povoados. No entanto, ao apontar, no croqui, suas áreas, um informante indicou uma exceção, pela qual um determinado grupo familiar havia vendido seus diversos trechos não-contínuos, por estarem precisando muito de dinheiro: “era um povo *‘escondidinho’* que já morava aqui antes dos outros chegarem, mais fraquinho” (ent. J S, maio 2006, Lagoa Esperança). Nosso informante indicou que a área comprada aos vizinhos “escondidinhos”, mesmo consistindo de pequenos cajueirais não-contínuos, se somadas, formariam um cajueiral igual ao que já havia “conquistado”.

Mesmo nas sub-regiões de barro, onde são melhores as roças, identificamos a insuficiência do plantio de subsistência para o abastecimento das famílias durante todo o ano, mesmo que supere em muito os poucos meses que o povo da areia consegue se abastecer. Na sub-região do carrasco, são feitas duas roças anuais: a roça de janeiro e a de São Miguel, plantada em agosto. A segunda roça, além da farinha, fornece feijão “quase pro ano todo”, mas sempre acabam vendendo parte e precisando ir ao mercado para comprar mais. Todas as casas visitadas dependem fortemente da criação de galinhas, para

as quais o milho só abastece completamente nos anos de melhores chuvas, precisando, normalmente, ser complementado pela compra.

Legumes como abóboras, maxixe, melancia são sazonais. Abandonaram o plantio de arroz, que só encontramos em duas localidades alagadas, atestando ser contraproducente, visto ser mais barato comprar esse produto do que plantá-lo. Plantam batata doce apenas nas beiradas da roça e indicam terem abandonado o cará e o inhame há alguns anos, mal tendo alguma notícia de amendoim nas roças.

A produção do quintal é bastante importante para o abastecimento das famílias e inclui desde os “temperos” plantados no jirau (tomate, palha de cebolinha, alfavaca, couve, coentro, pimentão e pimentinha e quiabo), a frutas tais como mangas, cajá, atas, limão, cocos miúdos e graúdos, goiabas, amêndoas brancas e roxas, tucumã e abacaxis. Os buritizeiros e as palmeiras do “riacho” são considerados áreas coletivas.

A REDE DE COMERCIALIZAÇÃO DA CASTANHA DO CAJU

O surgimento da atividade econômica que estimulou o crescimento dos cajueirais dependeu da abertura das estradas pela Petrobrás, do advento da demanda internacional e, principalmente, da formação de uma cadeia de comercialização. Esta só pôde se estabelecer após a constituição de um polo comprador em Parnaíba, cidade no extremo norte do Piauí que sem-

pre apresentou vocação diferenciada para o comércio exterior, abrigando importantes casas comerciais nacionais e estrangeiras (Rego 2010), que controlavam o fluxo de reses que desciam o rio Parnaíba, transformando-as em charque ou em couro e exportando-as por mar a outros portos.

Ainda que tenhamos notícias da exportação de madeiras, óleo de andiroba, algodão e diversos outros produtos, a literatura enfoca o extrativismo de grande porte para demonstrar a grandeza econômica regional: “As exportações da cera de carnaúba, iniciadas em 1894, as de borracha de maniçoba em 1900, e do babaçu em 1911, colocaram o Piauí em posição de destaque no conjunto das exportações brasileiras (...) ocupando, em 1937, a terceira posição entre todos os Estados, e a primeira de 1942 até 1947 (...) Parnaíba consolida-se, então, como o principal entreposto comercial do Piauí e como importante centro do comércio internacional”²⁴ (Mendes 1995: 59 citado Rego 2010: 17-25).

É uma pena que não se atenha mais a produtos extrativistas como a andiroba e outras “drogas do sertão”, que poderiam revelar mais detalhes quanto às formas de organização das famílias de lavradores, a exemplo dos estudos referentes às formas de manejo e redes de comercialização do babaçu (Almeida 2001). Em outro estudo, identificamos no início do Século XX, uma rede de compra do vinho de caju encomendado às mulheres no entorno de Parnaíba por comerciantes que revendiam o produto para o mercado externo (Waddington 2009). Verifica-

mos, recentemente, a coleta e revenda de “faveiras de bolota” para alimentação do gado na região do agreste e temos conhecimento de redes que se expandiram por grande parte do sertão nordestino para a compra do jaborandi e da fava d’anta para a indústria químico-farmacêutica de alto valor agregado e que, posteriormente, foram disputados por multinacionais do setor. Há também a indicação de que empresas de cosméticos procuram estabelecer relações de compra do óleo de buriti no sul do Piauí, e a forte indústria do mel de abelhas também se organiza em redes (Waddington 2012).

Muitas vezes, uma rede anterior molda a formação da subsequente, como foi revelado em uma entrevista feita com um grupo de donos de venda reunidos em Barreirinhas. No caso específico da castanha do caju em estudo, havia um sistema anterior de compra de tucum carregado por animais e despachados por barco aos “patrões” de Parnaíba com a finalidade de servir de ração animal.

A rede de comercialização da castanha nasceu em 1973, quando o maior comprador de castanhas de Fortaleza veio, em pessoa, procurar os três “patrões” do tucum: Zé Cação, Mundico Cosmo e Zé Mariano. Esses se tornaram os primeiros compradores da castanha, estabelecendo o sistema gradualmente. Hoje, essa rede constitui-se de compradores em cada povoado que coincide com os detentores do pequeno comércio que distribuem itens de necessidade básica como remédios, açúcar, sal, óleo, querosene, agulhas e linhas e até pouco tempo atrás, munição. Estes

compradores possuem uma intrincada relação de compadrio com diversos membros da comunidade e também tendem a exercer influência no tempo da política. Recolhem as castanhas em cada localidade, por vezes, estendendo-se a mais de uma, revendendo-as para o armazém do “patrão” Dedé em Barreirinhas. Dedé é um preposto, funcionário do “patrão” de Parnaíba, Cebite, que controla toda a região dos Lençóis. Este revende para as duas principais indústrias de Fortaleza, Iracema e outra do Cione, o Rei da Castanha. Ambas exportam o produto para o exterior.

Porém, até que essa rede se estabilizasse, as décadas de hiper-inflação dificultaram a administração do negócio da castanha pelos patrões locais, que não tinham capital para bancar a operação e as tentativas de financiamento, junto a bancos, faliam diante dos juros então praticados.

Tratando-se de um produto de fácil estocagem e muita liquidez, a especulação em torno do preço da castanha era a regra, e as tentativas de auferir grandes lucros faziam com que comerciantes pontuais chegassem à área para abrir “negocinhos” que só perduravam pelo tempo da colheita, com ganhos eventuais e grandes perdas. Isso levava os patrões locais a competirem ferozmente pelos clientes transformando, de acordo com o grupo reunido, a atividade em um campo de guerra, um tempo de atividade febril, hoje visto como distante.

Os entrevistados concordavam que “as coisas só se acalmaram com a vinda de Dedé” que chegou à região no fi-

nal nos anos oitenta, como funcionário de Cebite e financiado por este. A capacidade de investimento de Cebite contribuiu para estabilizar essa rede de mão dupla por onde circulam castanhas e mercadorias. Para Dedé, o segredo do sucesso de seu papel como atravessador que acabou por estabilizar a rede se deve “à sinceridade, honestidade e pagamento do preço verdadeiro ao cliente (como fatores que geram) a fidelidade deles” (ent, D. maio 2006, Barreirinhas). O “patrão” Dedé presta serviços para seus compradores e clientes destes, como o transporte de mercadorias e tijolos para os povoados. Ele nega a troca de mercadorias por castanhas, mas seu armazém é cheio de sacas de sal, cimento e outras mercadorias consideradas necessidades básicas na região, embaladas no atacado.

Mesmo a rede comercial se estabilizando mediante diversas políticas econômicas nacionais que controlaram a inflação criando maior estabilidade da moeda, patrões competem por compradores locais nos povoados, e estes competem pelos clientes procurando manter relações pessoais de amizade e compadrio, cadernos de crédito e contas. Existe a prática de adiantamentos feitos com o interesse de “manter o cliente ou ajudar o compadre”. Em todas as comunidades visitadas, os compradores indicaram que o que estabelece a lealdade do freguês fornecedor é a “amizade”, e a maioria destes indicou ter um grande número de afilhados (um deles chegando a indicar ter sessenta). Essa confiança também é necessária na relação patrão-comprador local. Os compradores entrevistados

concordaram que esta “amizade” consiste em práticas comerciais honestas que visam o interesse econômico do fornecedor, a quem se referem como clientes ou fregueses.

O caráter especulativo da atividade também era determinado pela flutuação do preço em função do valor do dólar, conforme é sabido até pelo morador do povoado mais recôndito que entrevistamos. Dedé nos explica que, inicialmente, seu patrão de Parnaíba comprava castanhas para estocar durante dois ou três anos à espera do melhor preço de mercado. Todo o ciclo de venda das castanhas parte de um preço baixo e tende a aumentar com a safra, dependendo “do preço do dólar” e da proximidade das exportações. A estratégia do fornecedor é a de segurar ao máximo sua produção, com a intenção de auferir o melhor preço possível. Seguem assim, desde os produtores locais aos compradores e patrões, a mesma estratégia de reter o seu produto o máximo de tempo possível para poder alcançar um preço melhor no final da safra (que na ocasião variava entre 0,60 centavos a 1,00 ou 1,08). Embora exista a troca de castanhas por mercadorias, o valor das castanhas é geralmente estabelecido com os moradores locais com equivalência em dinheiro, chegando a virar, de acordo com Dedé, “a moeda local”.

Todos os compradores locais que entrevistamos também produzem castanhas e tendem a ser os maiores produtores de seus povoados. Chegamos a identificar compradores que vendem até seis mil quilos de castanha por ano, comprando até 100 mil quilos em sua

sub-região para a revenda a Dedé em Barreirinhas. Todos indicam que a produção varia de ano para ano e de local para local e da idade do cajueiral²⁵. No entanto, todos concordam que o lucro sobre a compra das castanhas aos produtores é em torno de 10% do preço, o que revela algum grau de controle social sobre o papel dos compradores locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que se possa argumentar que a castanha de caju não se configura como um produto extrativista, visto que as árvores são plantadas e exigem algum trato cultural, vemos como a rede de comercialização desse produto se constituiu sobre uma antiga rede de venda de tucum. A forma de manejo e comercialização destes cajueirais difere mais das grandes plantações de caju que dominaram o cenário do sertão cearense e piauiense (desde os anos setenta com os avanços tecnológicos promovidos pela EMBRAPA e financiamentos do BNB, Waddington 2009) do que dos babaçuais e seringueis, em outras regiões. À semelhança de outras redes que se instalaram no nordeste para a atividade extrativa da carnaúba, do babaçu e da maniçoba ou da borracha na Amazônia, o manejo roça/cajual é feito por famílias camponesas inseridas de forma autônoma no processo que os coloca em relação com uma série de patrões-compradores. Argumentamos, neste artigo, que mesmo o seringueiro escravizado pela dívida mantinha essa autonomia relativa, na medida em que se colocava no pro-

cesso como agente e não como empregado.

As condições de possibilidade da injustiça e da dominação praticadas de forma extrema na rede amazônica (e em maior ou menor grau em tantas outras) não se resumiram ao suposto isolamento em que se encontravam os seringueiros, nem tampouco apenas às disposições ferozes dos padrões na Amazônia, marcadas também por relações de patronato e da escravidão no Brasil, pela desumanização das guerras de conquista da região aos índios e pela sede de lucros nesse período de acumulação selvagem, na instauração de um capitalismo periférico.

A hipótese aqui apresentada é que as disposições historicamente adquiridas – antes da partida dos jovens do nordeste que rumaram à Amazônia, que incluíam expectativas de trabalho com o extrativismo e de um relacionamento com “patrões” baseado na moralidade camponesa, onde a honra e a confiança sobre o qual estabeleceriam algum controle social – foram as condições para o “como, aos olhos dos seringueiros, a dominação exercida pelo ‘patrão’ construía sua legitimidade” como se perguntava Franco e os pesquisadores nas décadas de 1990. Ao invés de negar ou diminuir o quadro de opressão que as práticas dos seringais impingiram aos recém-chegados, essa constatação adiciona mais um elemento de crueldade ao sistema ao demonstrar essa traição de expectativas.

Não podemos afirmar que estamos – no caso do caju – diante de uma

forma tradicional de comercialização “nordestina”, pois não temos como determinar a extensão deste sistema em outras partes. Apenas verificamos *como* jovens camponeses do nordeste encontraram, na Amazônia, os termos da proposta de um sistema *semelhante* aos que se constituíam no território de origem como estratégias produtivas adaptadas e arranjos comerciais baseados em formas de socialização historicamente construídas. Caso nossa hipótese seja correta, o papel social do comerciante, dono da venda, é o de agir como um portal entre a comunidade e suas relações externas – seja como o cabo eleitoral, descrito por Herédia (1995) a filtrar os relacionamentos com as atividades impuras da política, ou como a liderança manifesta no conflito em torno da instituição do Parque dos Lençóis.

Está claro que o discurso comercial que nesse caso incorpora a ideia de “amizade” e confiança na relação com a freguesia se sobrepõe a interesses comerciais, na qual a oportunidade de maximizar os lucros pode facilmente levar a condições de exploração e injustiça, principalmente se entregue à dinâmica de mercado, pura e simplesmente. Em um regime de escravidão como no tempo dos seringais do primeiro e segundo ciclo, a posição de intermediário era ocupada por um “gerente” outsider ou preposto cooptado. Em outros casos, é um membro interno à comunidade cuja posição não é, por si mesma, socialmente injusta, estando submetida a tipos diferentes e criativos de controle social como no caso das cooperativas de compra de babaçu coordenadas

pela ASSEMA no Maranhão (Almeida 2001) que prestam contas à diretoria anualmente, reduzem os custos das mercadorias e distribuem lucros.

Se desnaturalizamos a falta de simetria na equação de poder dentro das cadeias de comercialização e passamos a investigá-la como contingência histórica que pode ser modificada na luta pelo controle social destas posições, podemos perceber os arranjos produtivos e relações comerciais estabelecidas entre as comunidades e o mundo externo como parte dos processos de territorialização, nos quais camponeses buscam ativa e criativamente estabelecer parcerias e acordos, construindo condições de trabalho em seus próprios termos, de forma a garantir seu objetivo maior, como diria Woortman (1990), de manutenção de sua autonomia e modo de vida camponês centrado no valor-família ou, como argumentamos acima, como parte da dinâmica de equilíbrio entre a capacidade de suporte e família.

A importância de se resgatar a agência dos subjugados e oprimidos, extrapolando o enquadramento reificado pelo binômio extrativismo/dívida que cessa e encerra discussões ao desqualificar o potencial das atividades extrativas, é a possibilidade de libertação do ponto de vista economicista que avalia o benefício da atividade apenas em termos monetários, abrindo a perspectiva de avaliações que levem em conta o valor da atividade enquanto estratégia de adaptação tanto no manejo, produção e comercialização como também de manutenção da autonomia relativa das famílias.

NOTAS

¹ Organizada pela ONG AMAVIDA, visando um diagnóstico socioambiental para facilitar a instalação de uma atividade de geração de renda através da produção de mel de abelhas nativas, a Expedição Abelhas Nativas foi financiada pelo Instituto Sociedade e Natureza por meio do Programa Pequenos Projetos Ecosociais (PPP-ECOS). A expedição objetivava “a identificação de áreas críticas, onde normalmente se vê pouco potencial de exploração econômica a não ser o turismo, para a implantação de arranjos produtivos ecossistêmicos por meio da meliponicultura” (Drummond 2006).

² Foram aplicados questionários, croquis e entrevistas com idosos em todos os povoados e enfocávamos diferentes aspectos da organização social em cada povoado. O exercício nos permitiu um censo preliminar, através do qual foi possível identificar padrões de vizinhança e parentesco; casamentos entre povoados contíguos; o padrão de ocupação e manejo de roças e cajueirais e o calendário das atividades. As entrevistas e questionários apontaram para transformações nas relações com o Estado mediadas por políticas públicas como aposentadorias, bolsas escola, estradas, acesso à saúde e educação e a pressão demográfica sobre os recursos naturais como a vegetação local, a caça e a pesca.

³ Intitulado Dinâmicas Sociais e Ruralidades Contemporâneas, em parceria entre PPGANT-UFPI e CPDA-UFRRJ financiado pela CAPES através do PROCAD-NF 2009.

⁴ Por disposições, entendemos tendências incorporadas pelos atores decorrentes da especificidade do processo de socialização por eles percorrido, estruturadas por condições econômicas específicas e estruturantes ao determinar estratégias de um *futuro objetivo* (Bourdieu 1979)

⁵ Fornecia lamparinas, pílulas, agulhas de máquinas de costura, bebidas alcoólicas, sabão, facas, panelas, enlatados, xaropes e toda série de itens prosaicos que significam tanto para quem mora a grandes distâncias de outros comércios. Enquanto eu perguntava ao senhor cinquentão, de fortes traços indígenas, crianças se aproximavam silenciosas e rápidas a buscar os pedidos das mães, que ele anotava em cadernos pautados. Respondia atenciosamente às perguntas do outro lado da grande janela retangular que se abria para o mundo como um pequeno palco, sem que seu corpo deixasse de se movimentar pelo cômodo entulhado, atendendo com agilidade e segurança aos fregueses, espantando moscas com o pano que agitava no ar e repunha ao ombro ou, com a firmeza de quem bate uma peça de dominó no balcão, entregava caixas de fósforo ou doses aos fregueses. Eram gestos que sugeriam um ritmo e uma dinâmica que voltaria a se restabelecer com plenitude depois de minha saída

⁶ Expressão que se refere ao livro de Oliveira (1999), de quem também tomamos a definição, central a este artigo, de “processo de territorialização” como implicando na reorganização social que se dá na relação entre a sociedade e o território, resultando em processos identitários em contextos intersocietários específicos.

⁷ Desde Wagley que descrevera a organização social de comunidades no Pará na década de quarenta e o historiador Warren Dean (1989) que se debruçara sobre a luta geopolítica e ambiental em torno da borracha, historiadores brasileiros contaram as desgraças da migração nordestina (Benchimol 1977) e mais especificamente a conquista do Acre (Rancy 1992); Weinstein (1993) que enfocou a constituição da rede de comercialização e os conflitos entre as elites amazônicas e as casas comerciais estrangeiras; relatórios técnicos foram con-

tratados (O’Dwyer 1989), identificando a complexidade e riqueza das relações tanto internas como externas ao seringal.

⁸ O professor Mauro Almeida orientou um grande número de teses que detalharam cada vez mais a dinâmica social nos seringais. O seu grupo, sob a égide da Universidade da Floresta, em parceria com Manuela Carneiro da Cunha, aprofundou-se na antropologia do meio-ambiente e da conservação, do manejo de conflitos e da biodiversidade.

⁹ Por volta do ano 2000, uma equipe do BNDES visita as associações formadas e verifica o fracasso comercial das cantinas, embora reconheça os avanços sociais das comunidades ligadas ao movimento, concluindo que havia resultados indiretos.

¹⁰ Plantio de urucum para empresa estrangeira (Waddington 2002), produção de couro vegetal (Franco, Andersem & Silberling 2002), extração cooperativada de copaíba ou de madeira assistidas pelo governo estadual, entre outros.

¹¹ Comerciantes atravessadores que viajavam em pequenos barcos pelas colocações, trocavam mercadorias pela produção local, desde borracha a produtos agrícolas.

¹² O leitor verá que estaremos insistindo na base ecológica da relação produção/consumo ou trabalho/demanda em uma tentativa – ainda em amadurecimento – de refletir a partir de uma base material sobre a qual se configura a organização social, a cultura e as soluções socialmente construídas.

¹³ O estudo que desenvolvemos no sul do Piauí permitiu verificarmos a forma como um fluxo de retirantes partiu, durante as secas de 1877 e 1890, dos sertões do Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte no sentido norte e oeste, para o Maranhão, tido como uma espécie de território mítico onde não havia fome, pois “tinha muita

fruta nativa e nunca faltava água. (...) Ti-ravam pro centro do Piauí: Inhumas, Pi-cos, ai descia Teresina, (ou) passavam por Floriano, pra chegar no Maranhão. E tinha era muito (retirantes)” (ent. d. P., fev 2011, Fronteiras). Ao buscarmos familiares do grupo pesquisado em seu local de origem na divisa do Piauí com o Ceará, conseguimos uma descrição de como foi organiza-da a viagem desses retirantes que partiram em uma “irmandade” deixando apenas um jovem de 14 anos, o único dos irmãos a ficar, porque alguém teria que cuidar da terra e “das mandiocas e da família que não conseguiriam se retirar” (ent. d. P., fev 2011, Fronteiras). Assim, o grupo que se retirou junto com a família do proprietário das terras, consistia de irmãos, primos e cunhados de pelo menos duas gerações, incluindo pessoas de estratos sociais dife-rentes (proprietários de terras no local de origem e seus agregados) embora todos viajassem na mesma penúria.

¹⁴ No entanto, as grandes distâncias pa-recem impor-se a tais alianças. Em duas ocasiões foram citados parentes que par-tiram para o Rio de Janeiro e São Paulo de quem só se tem notícia muito raramente e de quem não se tem muita informação. Outros migraram com funcionários da Petrobrás (vide seção seguinte) para o Rio Grande do Norte ou Pará.

¹⁵ Todos os povoados possuem escola até no mínimo a quarta série, e até a sexta sé-rie nos povoados considerados “polos” ou distritos eleitorais como Satuba, Buriti Grosso e Massanganos.

¹⁶ “passaram a ser ‘enxergados’... terem acesso a planos de aula, boletins de aluno... quando o representante do polo veio traçar um ‘projeto político pedagógico’”.

¹⁷ Estes carros resistentes circulam hoje pela região com suas carcaças alteradas e estendidas de forma a carregar maior nú-mero de passageiros, em adaptações im-

provisadas por mecânicos que neles se es-pecializaram. Um número significativo de jovens homens se profissionalizou como motoristas de Toyotas, desenvolvendo grande habilidade nas condições ímpares da região, que os obriga a dirigir tanto so-bre areia como, no período das chuvas, em grandes travessias por trilhas alagadas, com a água cobrindo o capô do carro por mais de uma hora seguida. Além de percorre-rem a região fazendo o transporte públi-co, são contratados pelo turismo ou como motoristas de apoio aos rallys do sertão, promovidos anualmente.

¹⁸ O conflito em torno da permanência dos moradores no local envolveu a dispu-ta quanto à antiguidade da ocupação cuja argumentação girou em torno dos buriti-zais que os moradores insistiam terem sido plantados e manejados pelas famílias locais enquanto o IBAMA argumentava serem nativos.

¹⁹ A maioria dos velhos aposentados, com algumas exceções detectadas tais como uma família descrita como “escondidinha” em Lagoa Esperança. Houve indicações de que mulheres se associam ao sindicato para usufruírem do salário maternidade e que aqueles que não se associam têm difi-culdades em se aposentar, por terem que acessar diretamente a burocracia do INSS.

²⁰ No momento da pesquisa, foram mal sucedidos os depoimentos colhidos, vis-to que não indicam grande uso de finan-ciamentos intermediados pelo Sindicato, como para a limpeza do cajueiral. Cons-tantino, de Tratada de Cima, informa que só tentou utilizá-lo uma única vez e teve dificuldades em pagar os juros, preferindo evitá-los daí para adiante.

²¹ Localizamos apenas um casamento em Lagoa Esperança, formado por um ho-mem do campo que conheceu a mulher do carrasco por ocasião da compra da farinha.

²² Sua esposa auferia um salário mínimo por mês como professora (que acabara de aumentar de R\$ 300,00 para 350,00), o que representa praticamente o dobro do faturamento do marido com a farinha. Com essa renda, essa família vive em casa de alvenaria que dispõe de geladeira, freezer, TV (sem parabólica).

²³ A medida utilizada na região para a área plantada é a “linha” que consiste em “25 braças quadradas”. Uma braça sendo um pouco mais do que um metro. Nos Lençóis, afirmaram haver 3,5 linhas por hectare, mas em diferentes localidades, já encontrei definições que variam desde 2,5 a 4,5 por hectare. Alguns produtores que entrevistamos, reunidos no armazém na cidade de Barreirinhas, indicaram despesas de 200 reais para limpar dez linhas, enquanto que o pagamento da “arrecadação das castanhas” variava entre 100 quilos por cada 300 quilos, coletados ou R\$ 0,25 reais por quilo arrecadado.

²⁴ “(...) o látex de maniçoba (*Manihot glaziovii*) foi artigo valorizado devido à sua utilização na indústria automobilística e elétrica da Inglaterra, da França e dos Estados Unidos. Apesar de ser um material de segunda classe, ao lado da borracha da Amazônia (*Hevea brasiliense*), era muito requisitado e o foi até 1915 (... passando) a atrair uma população ativa, processo que se estendeu durante cerca de quinze anos (como) o principal gênero de exportação piauiense, via rio Parnaíba, para o litoral, ao lado da cera de carnaúba, do babaçu e do algodão” (Mendes 1995:56 citado por Rego 2010: 17).

²⁵ Havia uma enorme falta de consistência na quantificação da safra indicada por cada comprador que entrevistamos, abrangendo desde 500 kg por linha a 350 quilos, a 105 quilos por linha e, depois de tentativas do grupo de calcular um valor, concluíram que colhem em torno de 50-80 quilos por

linha. Embora não tivesse o tempo necessário para investigar mais profundamente, a disparidade parecia se dever à disposição pouco afeita ao cálculo do pensamento tradicional (Bourdieu 1979).

REFERÊNCIAS

Almeida, A. (Org.). 2001. Economia do Babaçu, levantamento preliminar de dados. São Luís: MIQCB.

Almeida, M. W. 1990. As colocações: forma social, sistema tecnológico, unidade de recursos naturais. *Mediações* 17 (1): 121-152.

Almeida, M. W. B. 1992. Manejo da vida silvestre por seringueiros. *Resúmenes presentados para el I Congreso Internacional sobre Manejo de Fauna Silvestre en la Amazonia*. Belém: Museu Emilio Goeldi/ WWF.

_____. 1993. Appendix E: Case Study 1: The Creation of the Alto Jurua Extractive Reserve: Conflicts and Alternatives for Conservation - Brazil in: Three Case Studies from Brazil, Bolivia and Ecuador, in *Working Paper 1: the role of alternative conflict management in community forestry*. Organizado C.Pendzich, G. Thomas, & T. Wohigent. Rome: Food and agriculture organization of the United Nations. Disponível em <http://www.fao.org/docrep/005/x2102e/X2102E03.htm>

Bechimol, S. 1977. Amazônia: um pouco antes e além-depois. Col. Amzoniana, v.1. Manaus: Umberto Calderano

Bourdieu, P. 1979. *O Desencantamento do Mundo*. São Paulo: Editora Perspectiva.

Candido, A. 1975. *Os parceiros do Rio Bonito*. S.Paulo: Livraria Duas Cidades.

Castro, F. 1984. *A Selva*. Lisboa: Guimaraes & Ca. Editores.

Chayanov, A.V. 1981. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas, in *A*

- Questão Agrária*. Organizado por J.G. Silva, & V. Stolcke, pp. 133-163. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Cunha, E., 1999. *A Margem da História*. São Paulo: Martins Fontes.
- Dean, W. 1989. *A Luta pela Borracha no Brasil*. São Paulo: ed. Nobel.
- Drummond, M.S. 2006. Programação da “Expedição Abelhas Nativas”, Relatório PPP-ECOS, Xerox. São Luis: Arquivo ONG AMAVIDA.
- Franco, M. P. 1994. Seringueiros e cooperativismo: o fetichismo das mercadorias nos seringais do Alto Juruá, in *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. Organizado por L. Medeiros, M.V. Barbosa, M.P. Franco, N. Esterici, & S. Leite, pp. 187-203. São Paulo: Unesp.
- Herédia, B. M.A. 1995. Política, Família, Comunidade, in *Antropologia, Voto e Representação Política*. Organizado por M. Goldman, & M. Palmeira, Moacir, pp. 57-72. Rio de Janeiro: Ed. Contra-Capa.
- Moraes, M.D. 2009. Um Povo do Cerrado entre Baixões e Chapadas, in *Diversidade do Campesinato: expressões e categorias*. Organizado por E.P. Godoi, M. A. Menezes, & R. A. Marin, pp. 131-162. São Paulo: Editora Unesp.
- O’Dwyer, E. C. 1989. Perícia Antropológica para MPF: Formas de trabalho escravo no Alto-Juruá, Estado do Acre. Inédito.
- Oliveira, J.P. 1999. *A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- Rancy, C. M. 1992. *Raízes do Acre: 1870-1912*. Rio Branco: MM Paim.
- Rego, J. M.A.N. 2010. *Dos Sertões aos Mares: história do comércio e dos comerciantes de Parnaíba (1700-1950)*. Tese de doutorado, Programa de Pós- Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Brasil.
- Siberling, L., M. P. Franco & A. Anderson. 2002. Couro Vegetal: desenvolvimento de um produto artesanal para o mercado, in *Esverdeando a Amazônia*. Organizado por A. Anderson, & J. Clay, pp. 105-120. São Paulo: Ed. Fundação Petrópolis.
- Teixeira, C.C. 1999. *Visões da Natureza: Seringueiros e Colonos em Rondônia*. São Paulo: Educ. e Fapesp.
- Waddington, M.T.R. 2002. Incorporação de uma nova atividade comercial em uma comunidade indígena Yawanawá, in *Esverdeando a Amazônia*. Organizado por A. Anderson, & J. Clay, pp. 53-66. São Paulo: Ed. Fundação Peirópolis.
- _____. 2005. Uma tribo vai ao mercado: Os Yawanawá, sujeitos ou objetos desse processo?. Tese de Doutorado, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil.
- _____. 2006. Relatório apresentado no I Encontro da Rede Rural. Niterói.
- _____. 2009. *Dossiê para o Registro do Patrimônio Imaterial da Cajúna*. Teresina: IPHAN.
- _____. 2011. Atualizações no processo de territorialização de agricultores de Baixão no Piauí, in *Anais da Reunião Antropologia do Mercosul*. Curitiba.
- _____. 2012. As disputas em torno da rede de produção apícola no sertão do Piauí, in *Anais da ANPPAS*. Belém.
- Wagley, C. [1953] 1964. *Amazon Town, a study of man in the Tropics*. New York: Alfred Knopf Inc.
- Weinstein, B. 1993. *A Borracha na Amazônia, Expansão e Decadência, 1850-1920*. São Paulo: Ed. HUCITEC e EDUSP.
- Woortman, K. 1987. “Com Parente não se Neguecia”, o campesinato como ordem moral. *Anuário Antropológico* 87: 11-73.

Recebido em 05/03/2013

Aprovado em 27/01/2015